

**Mundos del trabajo
y políticas públicas
en América Latina**

Betty Espinosa, Ana Esteves
y Marcela Pronko, editoras

Mundos del trabajo y políticas públicas en América Latina



Índice

© De la presente edición:

FLACSO, Sede Ecuador
La Pradera E7-174 y Diego de Almagro
Quito-Ecuador
Telf.: (593-2-) 323 8888
Fax: (593-2) 3237960
www.flacso.org.ec

Ministerio de Cultura del Ecuador
Avenida Colón y Juan León Mera
Quito-Ecuador
Telf.: (593-2) 2903 763
www.ministeriodecultura.gov.ec

ISBN:
Cuidado de la edición:
Diseño de portada e interiores: Antonio Mena
Imprenta: Rispergraf
Quito, Ecuador, 2008
1ª. edición: mayo, 2008

Presentación	9
Introducción: Los estudios sobre las políticas públicas de trabajo y empleo en América Latina y el Caribe	11
Ana Esteves y Marcela Pronko	
SECCIÓN 1: JÓVENES EN AMÉRICA LATINA: EDUCACIÓN, TRABAJO Y POLÍTICAS PÚBLICAS	
La inserción laboral de los jóvenes: tensiones y perspectivas	27
Jürgen Weller	
La transición laboral de los jóvenes y políticas públicas en América Latina: ¿qué puentes hay para mejorar las oportunidades?	49
Claudia Jacinto	
Jóvenes y Trabajo en Quito: pautas para políticas	69
Betty Espinosa y Ana Esteves	

Trabalho infante-juvenil é bom para quem?	91
Rosiléa Clara Werner	

O Programa Primeiro Emprego e a cidadania do jovem no Brasil	111
Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha	

“Mentalidad emprendedora y proyectos empresariales” en la enseñanza técnico-profesional de la región de Coquimbo (Chile): una contribución de la práctica al debate sobre el emprendimiento juvenil	125
Mechthild Minkner-Bünjer	

SECCIÓN 2:

TRANSFORMACIONES DEL TRABAJO EN EL SECTOR RURAL

Transformaciones en el trabajo agrícola en México, a partir de las reformas estructurales. Un análisis comparativo entre los años 1993 y 2003	147
Nelson Florez Vaquiro	

Estrategias de arraigo y generación de empleo en zonas rurales. Cooperativas del Comercio Justo en Chiapas	171
Alma Amalia González y Flurina Doppler	

Quem se ocupa dos assalariados? Identidade e representação política de trabalhadores rurais assalariados em plantações florestais em Minas Gerais, Brasil	191
Múcio Tosta Gonçalves	

SECCIÓN 3:

POLÍTICAS Y PROGRAMAS DE EMPLEO EN LA REGIÓN

Movilidad de la pobreza y vulnerabilidad en Argentina: hechos y orientaciones de política	211
Luis Beccaria y Roxana Maurizio	

Promesas cumplidas e incumplidas de los programas de empleo de tipo <i>workfare</i> . Un análisis con aplicación a las experiencias recientes de Argentina y Uruguay	233
Cristian Pérez Muñoz	

Evolución del empleo y pobreza en hogares, durante dos períodos de recuperación económica (Argentina, 1996-1998 y 2004-2006)	249
Rosalía Cortés y Fernando Groisman	

A formação profissional na integração regional: reflexões preliminares sobre a formação de técnicos em saúde no MERCOSUL	269
Marcela Pronko	

Las políticas activas del mercado de trabajo (PAMT) y su apoyo al empleo en México ante el proceso de globalización (2002-2007)	287
Miriam Rodríguez Vargas	

Políticas Públicas de Empleo en Cuba. La respuesta a la crisis	305
Juan Carlos Campos Carrera	

Quem se ocupa dos assalariados? Identidade e representação política de trabalhadores rurais assalariados em plantações florestais em Minas Gerais, Brasil

Múcio Tosta Gonçalves

Resumo:

A ocupação da região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, iniciada nos anos 1950, formou uma economia regional cujos núcleos dinâmicos foram a siderurgia e os latifúndios de eucaliptos. Essa economia de foi lentamente sobrepondo-se, do ponto de vista da formação do mercado de trabalho e da dinâmica demográfica local, à produção camponesa, gerando e consolidando profundas modificações no perfil sócio-econômico dos produtores familiares locais. À medida que se transformou a configuração econômica, social e territorial local, uma parcela da população (especialmente a jovem) teve no assalariamento nos maciços florestais uma importante alternativa de emprego, além do emprego industrial nas siderúrgicas. Por sua vez, a agricultura familiar se tornou mais subordinada à dinâmica capitalista. Nesse contexto foi sendo construída uma organização sindical específica, a dos assalariados rurais. Mas a questão sobre qual é a identidade desses sujeitos (assalariados da indústria ou filhos de e agricultores com acesso interditado ao rural?) é ainda um tema que paira sobre a organização da ação deles, inclusive a coletiva. O artigo pretende, refletindo sobre esse caso, contribuir para o debate sobre a produção de identidades e interesses de assalariados rurais, tema eclipsado na literatura sobre o trabalho na América Latina.

Palavras chave: assalariados; plantações florestais; Vale do Aço; Vale do Rio Doce.

Modernização, Interesses e Organização

O presente artigo discute, a partir de uma investigação feita com trabalhadores assalariados das plantações, como as suas identidades foram sendo forjadas ao longo do período em que se processava uma dupla transformação: a da formação de uma economia específica, guiada pelas empresas agroindustriais florestais, e a da construção de Sindicatos de Trabalhadores na Indústria Extrativa Vegetal. Ouvindo esses trabalhadores e tendo como pano de fundo as mudanças sociais e territoriais na agricultura regional dos Vales do Aço e do Rio Doce, pretendeu-se compreender como os atores sociais e políticos constituídos sob o novo regime de produção e trabalho perceberam e percebem o seu engajamento no mundo das plantações.

O ponto de partida da análise é que a penetração do capital no campo produz diferenciação social, mas não é apenas isso o que a gera. Os condicionantes e as resultantes da diferenciação social no campo “têm uma base social e resultam de determinadas alianças, cooptações de grupos etc. que criam, legitimam e aderem à oferta desses novos recursos” (Neves, 1985:237).

Essa problemática refere-se à determinação de como as trajetórias sociais dos atores sociais no seu campo regional possibilitaram aquele confronto entre um caráter familiar e um outro capitalista e, ainda, se esse confronto de fato qualifica, transforma e reproduz a prática da agricultura sobre um ambiente natural (Gonçalves, 2001).

Esse encaminhamento da discussão, pois, evita a mera confrontação e remete o debate sobre a mudança social e sobre a modernização (e a resistência a ela) para o campo das disputas. Dentro desse espaço social e político, os sujeitos sociais podem então ser entendidos como mais do que meros agentes que preexistem ao mercado capitalista e se identificam como trabalhadores ou produtores familiares. Thompson (1987) acredita que os fenômenos sociais da exploração e da opressão sofridos pelos trabalhadores não podem ser entendidos se as experiências individuais e coletivas, social e politicamente definidas no âmbito da história dos trabalhadores, não forem trazidas à tona. Mesmo porque a experiência coletiva é fundada na percepção de identidades.

Como categoria social, as identidades são um produto social e não uma representação universal. São, portanto, construídas na história coletiva do grupo, remetem ao outro, às relações específicas que permitem a produção de sentidos específicos às relações entre sujeitos distintos e divergentes, que colidem em um espaço marcado por essa desigualdade e pela dominação (Romano, 1986).

Decorre daí também a pergunta: a existência de identidade(s) é suficiente para a existência de interesses? Basicamente, um interesse implica uma relação de reciprocidade entre indivíduos mediada por uma necessidade, podendo ser definido como uma reivindicação digna de consideração ou um direito de participar de uma atividade, ou ainda, como uma intenção que, a partir de atos ou de instrumentos dados, orienta a ação de um indivíduo ou grupo. Depreende-se daí que existe uma necessidade real ou potencial relacionada com essas ações cuja importância determina as normas de conduta e os julgamentos de valor do sujeito individual ou coletivo que age. Nesse sentido, a produção de resultados consoante as demandas dos interessados requer a formação de instituições ou organizações destinadas a coordenar ou governar o comportamento político - permanente ou transitoriamente - de uma categoria específica de sujeitos sociais. Essa coordenação, por sua vez, depende da existência de algum “sistema” de solidariedade (Gonçalves, 2001).

No caso da ação sindical, ela pode ser pensada como voltada para a organização dos interesses dos sujeitos que se aglutinam politicamente na e/ou por meio da instituição sindicato. A questão a discutir, portanto, é a de como os trabalhadores constroem o caminho que leva à formação dessa identidade enquanto categoria social. Seguindo as considerações de Offe (1984), existem alguns elementos que estão na base dessa definição do trabalhador enquanto sujeito social específico, portanto dotado de existência prévia ao momento de sua organização enquanto “interessado” em demandar ou defender questões pertencentes ao seu foro específico. No caso dos assalariados rurais das plantações florestais homogêneas, objeto do presente artigo, pode-se dizer que esses elementos são os seguintes, tal como analisados por Gonçalves (2001):

- a) os trabalhadores, antes de pertencerem a um sindicato, são “membros” de outras organizações, as empresas capitalistas, pelas quais são contratados;
- b) a condição anterior, por sua vez, compõe-se de uma diversidade de formas de arregimentação e de contratação dos trabalhadores que por si só evita uma sua uniformização;
- c) enquanto trabalhadores que perderam a sua condição de proprietários ou membros de famílias proprietárias de um processo próprio de produção agrícola, esses trabalhadores passam a possuir uma “forma” nova, a de trabalhadores atomizados submetidos ao capital. Exatamente por isso, esses trabalhadores inserem-se no mundo da produção agro-industrial de modo subordinado, uma vez que não podem “fundir-se” e formar um corpo homogêneo;
- d) a firma capitalista agro-industrial age no sentido de apropriar-se em escala crescente dos recursos naturais e sociais necessários para ampliar a sua eficiência – produtiva, tecnológica e de dominação – em um espaço social e natural determinados. Por sua vez, os trabalhadores não só perdem a capacidade de determinar o ritmo e o sentido de sua reprodução - como sujeitos sociais imersos numa cultura e num espaço natural - como não conseguem garantir os melhores meios de reproduzirem-se como força de trabalho;
- e) desse modo, a adesão e o pertencimento a um sindicato são ambos, também, uma resposta a um processo histórico que se inicia com a eliminação das formas artesanais e não orientadas para o mercado praticadas pelos agricultores e que avança no sentido do fortalecimento do capital diante da “associação defensiva” dos trabalhadores.

Nesse sentido, a questão a determinar é a seguinte: quais são os “interesses” reais organizados pelos sindicatos? A resposta a essa questão é importante, num plano teórico, porque como o trabalhador é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto da troca da força de trabalho, inscreve-se aí uma quantidade de interesses bem maior do que no caso dos capitalistas. Enquanto organizador de uma categoria de sujeitos sociais, o sindicato age no sentido de constituir um poder social (Gonçalves, 2001).

Agricultores e Assalariados das Plantações Florestais

A região analisada compreende um território composto por 21 municípios, formado a partir da apropriação econômica de um espaço rico em reservas minerais (ouro e ferro), terra e madeira desde o século XIX. Esse território originalmente rural (Monte-Mór, Costa et alii, 1997), foi transformado a partir dos anos 1950 por um processo de urbanização intenso e rápido induzido pela ocupação industrial do território atraída pela disponibilidade de recursos naturais (matas das quais se produzia carvão, terra não ocupada formalmente, água e minério de ferro em abundância), de trabalhadores e de vias de escoamento adequadas. Esses elementos, mais políticas agrícola e de incentivos fiscais e financeiros adequadas tornaram possível o planejamento e o desenvolvimento da atividade de plantação homogêneas de grandes proporções de árvores para produção de madeira de uso industrial (Gonçalves, 2001).

Contudo, a interpretação convencional do desenvolvimento da região baseia-se, em sua quase totalidade, na idéia que houve uma fragilização da agricultura local como conseqüência dos processos de industrialização, de crescimento da população urbana e redução da população rural e de mudança nos usos da terra e na condição dos produtores. Em função disso, as conclusões apontam em geral que trata-se de uma região atrasada com uma população rural local também atrasada. Essa não é, contudo, a opinião dos agricultores e trabalhadores, e as pesquisas que realizei na região confirmam isso (Gonçalves, 2001).

Para os agricultores e trabalhadores rurais, a vida antes da chegada das plantações de eucaliptos combinava uma estrutura econômica e social baseada na posse e/ou na propriedade de pequenas extensões de terra cultivadas pelas famílias, na prestação de serviços e na produção compartilhada (meação e outras formas de acesso a terra de vizinhos e/ou de fazendeiros) e na prestação de serviços de desmatamento e carvoejamento para as usinas siderúrgicas (Gonçalves, 2001).

Com a organização dos latifúndios florestais a partir dos anos 1940 para atender à demanda industrial por carvão e mais recentemente por fibras de celulose das árvores, uma mudança fundamental provocada na economia rural da região na percepção dos agricultores foi a geração de

empregos assalariados e, em conseqüência, de renda monetária adicional à que poderia ser gerada dentro da propriedade rural familiar. Não se pode omitir, porém, que se as empresas plantadoras criaram novos tipos de emprego, o fizeram num universo de sujeitos já submetidos a uma lógica de exploração pelo fazendeiro (Gonçalves, 2001).

Mais do que por causa do assalariamento, a vida mudou para parte desses agricultores por causa de um novo ritmo de organização do trabalho: levantar, ir trabalhar e retornar à casa deixaram de ser movimentos controlados por eles, e tornaram-se determinados pelas necessidades das empresas. Formando o quadro de interpretação da decadência da agricultura local, soma-se situação dos idosos que persistiram na terra e não se assalariaram, e para os quais não houve e nem há “ajuda” nenhuma para “tocar” a roça (Gonçalves, 2001).

Introdutoras de um modo novo de organizar o espaço e o trabalho dos que moravam no território antes de sua chegada, as firmas de plantações quebraram o papel da agricultura como única fonte geradora de trabalho local. Segundo um trabalhador entrevistado em pesquisa de campo realizada durante os anos 1990, as plantações não garantiam “emprego para ninguém do lugar” e por isso o “eucalipto não serve para ninguém do lugar. Só serve para eles, eles pegam gente de todo lugar e traz para cortar eucalipto. Aqui na nossa comunidade ninguém tem benefícios de nada” (Gonçalves, 2001).

Essa percepção é ainda mais radicalizada quando se trata dos modos pelos quais vários dos membros das comunidades rurais de base familiar saíram da terra. Se havia o recurso do assalariamento, por que não combinaram esse recurso com a permanência nas propriedades, como fizeram seus antecessores quando da era possível viver da e na terra e prestar serviços de carvoejamento para as empresas? A resposta obtida quando da pesquisa: para dar lugar às plantações. E os dados disponíveis sobre a estrutura da propriedade da terra explicam por que ocorreu uma redução da área média das pequenas propriedades apesar da manutenção do seu número total (Gonçalves, 2001).

A “chegada” das empresas não foi feita com base na introdução da relação de equivalência e dos códigos jurídicos formais exigidos pela transação mercantil capitalista. A partir dos depoimentos colhidos junto a

antigos proprietários rurais e membros de suas famílias na região, pode-se dizer que as empresas adotaram estratégias de aquisição de terra que se não foram formalmente violentas, chegaram próximo disso, e foram muitas vezes ilegais. E isso foi possível porque, como disse um entrevistado, quase ninguém tinha título da terra. Aqueles que de alguma forma resistiram, permaneceram ilhados entre os eucaliptos (Gonçalves, 2001).

Mas há aqueles que perceberam o processo de modo distinto, mesmo não discordando da situação de subalternidade que foi criada. Um paralelo pode ser traçado com a análise de Palmeira (1979) a respeito das relações de trabalho nas usinas pernambucanas de açúcar no início da década de 1970; ali a imposição da situação do assalariamento gerou um resultado positivo: a contratação dos trabalhadores pelos empreiteiros com um salário fixo deu “a alguns trabalhadores a possibilidade de ganhar mais do que conseguiriam ‘dentro da lei’”, uma vez que o empreiteiro não opera com o mesmo sistema de fixação de limites de quantidade de trabalho do usineiro (*op. cit.*, p. 46).

Mas isso não indica que os pequenos agricultores familiares da região analisada no presente artigo e que tiveram a sua organização local afetada pela introdução dos latifúndios de árvores fossem incapazes de se sustentar autonomamente e que é por isso que se inseriram nesses contextos de mudança. Antes, ao revelar um sistema de divisão do trabalho familiar num universo de dominação do fazendeiro e da “companhia”, essas situações sociais e as suas representações nas falas dos trabalhadores permitem qualificar a idéia de que a fragilização do rural é um resultado da subordinação crescente desses sujeitos ao controle capitalista da sociedade local, isto é, social, territorial e culturalmente localizada (Gonçalves, 2001).

No caso da região analisada, a presença antiga do fazendeiro, do desmatamento, do carvoejamento e das “reflorestadoras” parece dificultar para os agricultores a identificação de uma autonomia deles com um tempo de abundância. Do mesmo modo, a presença do assalariamento e da idéia de uma vida difícil na roça contrapostos à renda “fácil” obtida nas “companhias” através do “fichamento” contribui para obscurecer a memória do passado (Gonçalves, 2001).

Por habitarem uma região de fronteira, os trabalhadores não se fixavam nos postos de trabalho inicialmente oferecidos pelas firmas nas usinas. Para as empresas, por sua vez, a mão-de-obra recrutada localmente não atendia às necessidades mínimas de assiduidade e disciplina. Essa situação resultava da possibilidade que tinham os produtores rurais locais de viver do trabalho na terra ocupada ou em parceria com os fazendeiros (inclusive para a produção de carvão vegetal). O emprego na usina era então uma alternativa, não a única. Decorreu daí, inclusive, a iniciativa das empresas de construir suas “cidades operárias”, condição para a garantir o controle sobre a força de trabalho e que deram o eixo para a formação do espaço urbano regional (Monte-Mór, Costa et al., 1997). Foi nesse contexto de adoção das práticas de produção e controle dos espaços industrial e urbano numa região originalmente rural que se produziu um tipo novo de trabalhador, o trabalhador florestal assalariado (Gonçalves, 2001).

Uma primeira especificidade desse sujeito, que se articula à suposta fragilização da agricultura local, é a atração que o emprego “fichado” exerceu sobre eles. Sabendo que a procedência rural dos trabalhadores era um requisito para a sua transformação em assalariados das atividades de plantio e de exploração dos eucaliptais em todo o estado de Minas Gerais, inclusive no caso de mulheres e crianças, pode-se dizer que a formação dessa categoria de trabalhadores assalariados deu-se através de uma adaptação de produtores rurais pela via da mercantilização, processo produzido e que culminou com a transformação dos ambientes social, físico e cultural nos quais as unidades familiares construíram suas trajetórias. Nesse sentido, uma das mudanças básicas provocadas foi a da criação social da necessidade do trabalho assalariado para os jovens (Gonçalves, 2001).

Sair da roça para trabalhar na empresa constituía uma possibilidade única para ascender socialmente na economia monetizada dominada pelas empresas siderúrgicas e de celulose e suas subsidiárias. Como argumentou uma entrevistada, a junção das condições fáceis de obtenção de um emprego e de um salário e de manutenção (mesmo que precária) da unidade familiar encontrou um conjunto de sujeitos que, por sua condição subordinada no tecido social local, não aprenderam a saber “ficar sem dinheiro” (Gonçalves, 2001).

Essa é a base social sobre a qual, então, criou-se um novo tipo de trabalhador. Nascidos na roça, eles são cada vez mais identificados com um trabalho que os afasta da sua condição original rural e os transforma em trabalhadores da extração vegetal. Uma tal distinção parte do princípio que a condição rural é aquela socialmente determinada pela existência do trabalhador familiar, que vive na e da terra, orientando o seu trabalho para e pela produção direta dos seus meios de vida num espaço de relações sociais nas quais o produtor direto não se encontra separado dos meios de produção ou, quando se encontra nessa condição, não está automática e necessariamente imerso em uma relação de assalariamento (Lovisol, 1989).

Assim, o que distingue produtores familiares e assalariados não é exclusivamente o grau de sua subordinação ao capital. Outros elementos cruciais para o entendimento dessa diferenciação são os modos e processos por meio dos quais esses sujeitos sociais específicos constroem e articulam a sua existência dentro de estruturas sociais materiais e simbólicas. Assim, voltando para o caso aqui analisado, pode-se dizer que o assalariamento rompeu não só a possibilidade de permanência independente na terra como a de obtenção do trabalho parcial (Gonçalves, 2001).

Os Trabalhadores Assalariados das Plantações de Madeira e os Sindicatos

No Brasil, a formação dos sindicatos de trabalhadores rurais não foi feita exclusivamente a partir da presença dos assalariados. Conforme salientam os autores que trataram dessa temática, o sindicalismo rural brasileiro se instituiu a partir da incorporação de um conjunto maior de categorias além da de assalariados. Além disso, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STR não construíram sua ação em torno da questão do assalariamento, e sim das questões relativas às lutas pela posse e uso da terra (Medeiros, 1989, 1995; Palmeira, 1985).

De fato, até a década 1950 a organização sindical de trabalhadores rurais esteve condicionada pela interdição estatal e pela não incorporação dos camponeses à legislação trabalhista. Isso não implicava, contudo, que não existissem conflitos. Foi a partir do final dessa década que a categoria camponês passou a ter um significado político, como resultado da construção da “bandeira” da reforma agrária feita pelos agricultores

familiares e seus aliados políticos. Ainda assim, a organização dos STR não foi o único modelo de representação política existente a partir daí e nem se pode dizer que sua constituição resultou em mudanças significativas das condições de dominação e de exploração dessa categoria (Medeiros, 1995).

A organização política dos agricultores e trabalhadores rurais no país tem que ser pensada, ainda, tendo como pano de fundo a forma assumida pelo desenvolvimento do capital no campo a partir do final dos anos 1960. A combinação de especialização e inovação tecnológica, proletarização, concentração fundiária e da segmentação da força de trabalho reforçaram a dominação capitalista, garantindo maiores lucros e menor disposição para o cumprimento das “obrigações sociais” e dificultando “*a organização através da diferença entre os interesses imediatos dos explorados*”, que não se compõem de uma só categoria (Novaes 1989).

O Estado autoritário vigente entre 1964 e 1984, ao patrocinar o projeto de modernização conservadora como via de desenvolvimento do mundo rural brasileiro, utilizou como estratégia de controle do movimento sindical rural a sua submissão a uma lógica assistencialista própria do corporativismo gerado ainda no governo Vargas. Isso provocou alterações na forma e na intensidade das lutas e da resistência ao projeto de modernização autoritária em vigor no país, tanto no campo quanto na cidade, no final dos anos 70 e início dos 80. Mas as mudanças ocorridas na dinâmica dos conflitos também foram importantes para esse resultado, tanto pela emergência de novos mediadores “que acabaram por gerar uma disputa pela representação dos trabalhadores no interior dos movimentos”, quanto pelo “esgotamento e o reconhecimento da pouca eficácia das formas até então dominantes de encaminhamento dos conflitos” expressos no caráter “burocrático” predominante das ações da maioria dos sindicatos (Gonçalves, 2001; Medeiros, 1989).

Nesse processo de construção do sindicalismo, é importante registrar que a Igreja Católica, presente desde os primeiros momentos, ampliou sua participação. A partir da década 1970 a ação dessa instituição orientou-se no sentido de organizar o enfrentamento dos pequenos agricultores contra os efeitos da política de modernização agro-industrial em curso, enxergando nos agricultores familiares o “povo de deus” (Romano, 1995).

No contexto das mudanças produzidas na sociedade e em particular nas condições de trabalho dos assalariados das plantações homogêneas, pode-se dizer que a imposição e a “aceitação” das transformações sociais, econômicas e territoriais se tornaram possíveis pela obstrução da organização dos trabalhadores ao nível das unidades florestais e também das fábricas, submetendo os sindicatos e associações a um jugo autoritário que somente seria quebrado nos anos 1980. De fato, a criação das entidades sindicais dos trabalhadores rurais assalariados na atividade florestal ocorreu no período de 1985 a 1993 (Gonçalves, 2001).

As evidências coletadas apontam que foi a atuação de leigos e religiosos “progressistas” e da Comissão Pastoral da Terra – CPT da Igreja Católica no estímulo à e na promoção da organização dos trabalhadores rurais e dos assalariados das florestas homogêneas dessa região um dos elementos fundamentais para que as organizações específicas de trabalhadores nascessem e se desenvolvessem separadamente dos STR, que eram os sindicatos que os representavam (Gonçalves, 2001).

A representação pelos STR impunha restrições à capacidade de ação desses trabalhadores exatamente por causa da sua constituição como categoria econômica e social. A estrutura sindical de produtores rurais não conseguiu, no Brasil, identificar como sujeitos do trabalho esses trabalhadores que são por natureza despossuídos (sem propriedade ou posse da terra), sem identidade com a (ou uma) terra e territorialmente dispersos, uma vez que seu lugar de produção é a *plantation* e/ou a usina ou a fábrica (Gonçalves, 2001). Sua permanência, nesse sentido, é transitória, tendo eles que movimentar-se segundo movimentar-se a plantação e segundo a sazonalidade do produto agroindustrial.

Ademais, tornou-se difícil para os STR conseguirem lidar com os efeitos da reestruturação produtiva promovida a partir dos anos 1980 no país (e no mundo), por meio da qual produziu-se não só uma atomização dos trabalhadores como aumentaram os conflitos entre grupos de trabalhadores –os que permanecem empregados da empresa e os que são empregados de toda sorte de “empregados” (inclusive aqueles que já foram trabalhadores um dia) (Gonçalves, 2001). A questão é, como argumenta Offe (1994, p. 216), que os sindicatos

“é que eles somente são capazes de agir como organizações na medida em que seus membros são preparados para atuar solidariamente a serviço de interesses reconhecidos como interesses comuns. Sob a influência da heterogeneidade crescente, ou até do antagonismo entre grupos de empregados específicos, cada vez mais diferenciados... as chances de realização dos interesses dos empregados diminuem à medida que o nível de solidariedade efetiva entre os membros da base se estreita, ou seja, à medida que essas tendências à diferenciação e à divisão não podem ser neutralizadas com êxito (destaque no original)”.

A produção de estruturas políticas de organização e de representação de sujeitos sociais e políticos depende, então, de como se constitui e mantém o “campo” dos mecanismos institucionais de pressão sobre o Estado a fim de controlar a distribuição dos recursos. Pensando no caso concreto dos assalariados da agroindústria florestal, entender como esse conjunto de trabalhadores se organizou implica tentar compreender como é que eles foram capazes de construir projetos de negociação e de enfrentamento (Gonçalves, 2001).

Inicialmente, então, deve-se identificar como esses arranjos foram produzidos. Após, deve-se analisar as mudanças que ocorreram na articulação das lutas dos trabalhadores rurais. Ambas as investigações devem levar em conta que a presença de projetos políticos e sociais são (re)definidos a partir das respostas criadas por trabalhadores, firmas capitalistas e Estado para os conflitos derivados das experiências locais de organização de projetos de dominação (Gonçalves, 2001).

A construção social do assalariamento dos trabalhadores nas plantações na região dos Vales do Aço e Rio Doce obedeceu a um duplo movimento: a atração de antigos produtores rurais familiares e a subordinação dos mesmos a um processo de trabalho específico. Os resultados finais desse movimento foram o aumento da exploração do trabalho, a ampliação da fragilidade de uma agricultura que vinha se transformando desde a década de 1950 e a diminuição do emprego a partir da década de 1990, inclusive pela eliminação de postos de trabalho dentro das plantações (Gonçalves, 2001).

E foi no âmbito desses movimentos e dos seus resultados que ocorreu a aproximação da CPT com os assalariados rurais, que passaram a ser

entendidos a partir do final dos anos 1980. A intervenção da CPT junto aos assalariados foi marcada por dificuldades inerentes às relações internas da entidade e a “problemas relacionados ao ideário pastoral” de comunidades rural e cristã. Em Minas Gerais, inclusive, a ação junto aos assalariados rurais iniciou-se com os canavieiros (nas regiões Centro e Sul do estado) e com trabalhadores de empresas produtoras de flores (na Zona da Mata) (CPT, 1997). Assim, à exceção dos canavieiros, o trabalho da CPT não se voltou para uma intervenção nas organizações políticas dos trabalhadores. Segundo os depoimentos colhidos junto a agentes da CPT, parece que esse tipo de intervenção aconteceu de forma sistemática apenas no Vale do Aço (Gonçalves, 2001).

Esse conjunto de elementos permite entender então porque a CPT no Vale do Aço definiu como sua ação prioritária buscar organizar esses assalariados. E nisso pesou a presença de uma leiga e de seu esposo. A referência a pessoas é para chamar a atenção que estruturas de mediação como essa não são organismos submetidos a uma suposta lógica imperativa da mediação, como se essa fosse uma forma ideal de consciência política das classes. Ao tratar daqueles que encarnam a ação da CPT no Vale do Aço, chama-se a atenção para os modos como os sistemas de classificação feitos pelos mediadores carregam consigo, também, um conjunto de valores e de intencionalidades que marca a prática da mediação e, da mesma forma, o exercício de formação da classe e da sua consciência (Gonçalves, 2001).

Nesse sentido, pode-se entender então que a relação da CPT com os trabalhadores ampliou o capital político dessa instituição e credenciou-a para, junto aos trabalhadores assalariados das plantações, trabalhar para a institucionalização de alguns dos sindicatos que os representariam. Da mesma forma, foi essa presença mediadora da instituição que permitiu o reconhecimento dela e de suas lideranças como interlocutoras privilegiadas perante as empresas nos momentos de conflito. Isso não quer dizer que a CPT local substituiu os sindicatos, mas que foi reconhecida como um ator dotado de força suficiente para intermediar os processos de negociação entre trabalhadores e empresas (Gonçalves, 2001).

Nesse momento, como CPT e Sindicatos estavam juntos, foi possível construir uma aproximação com as empresas, estabelecendo uma relação

de diálogo, ainda que tenso, entre os representantes dos trabalhadores e os do capital florestal na região. Foi em função disso que a ação da CPT começou a pautar-se, a partir de meados dos anos 1990, pela busca de um modelo de negociação que, se não dispensava o enfrentamento direto via mídia e ações judiciais, também não excluía as rodadas de negociação “pacíficas” (Gonçalves, 2001).

Como resultado dos vários desdobramentos da história até aqui então sinteticamente narrada, produziu-se então como instrumento particular de representação dos assalariados das plantações nos Vales do Aço e Rio Doce a criação dos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias da Extração de Madeira e Lenha. Os sindicatos, em número de nove, e associados à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minas Gerais – Ftiemg, possuíam até meados da década de 1990 cerca de 3.000 afiliados num universo de mais de 5.500 assalariados diretamente empregados pelas empresas. Contudo, no início do ano 2000, o número de filiados era menor do que 600 assalariados (Gonçalves 2001).

É relevante indagar por que os trabalhadores das plantações organizaram seus próprios sindicatos, isso é, por que eles não foram representados exclusivamente pelos STR? Em certo sentido, isso se aproxima de um dos problemas da representação sindical: o fato do movimento sindical rural ter difundido a “*idéia de que o Sindicato é dos associados e não dos trabalhadores*” (Sigaud, 1979:17), o que remonta ao momento de constituição do sindicalismo rural no Brasil.

Ora, isso significa que a constituição de uma nova categoria social é o elemento explicativo para o fato deles não se enquadrarem na configuração social e política exigida pelo STR. Em suma, o fato de serem não proprietários retira dos assalariados uma condição social fundamental que os permitiria tornar-se associados de uma organização política de representação de proprietários e posseiros - cuja identidade é marcada pela vinculação, mesmo que precária, com a terra. Pode-se dizer que a emergência dos Sindicatos dos assalariados das plantações florestais deve ser entendida como um dos movimentos de afirmação da identidade desses trabalhadores. Porém, a estrutura adotada por eles para a sua organização, o sindicato de base municipal, é um elemento dificultador da sua ação política (Gonçalves, 2001; Sgreccia, 1992).

A importância dessa questão radica no fato que mesmo que os assalariados das plantações florestais, pelos menos em alguns momentos, sejam também moradores nas propriedades ou posses de familiares não os torna camponeses – já que sua relação contratual e a obediência devida é à organização do trabalho capitalista – e menos certamente ainda pode ser pensado como um tipo de capital político pelos Sindicatos. Isso porque, além de utilizarem trabalhadores de diferentes municípios, as firmas “reflorestadoras” organizam o trabalho de modo a poder fazer esses assalariados circular em entre os diversos talhões de suas propriedades, o que aumenta o seu desenraizamento (Gonçalves, 2001).

Ou seja, a constituição social da categoria assalariados das plantações nos Vales do Aço/Rio Doce e a sua constituição como grupo iniciou-se a partir de um conjunto de negações: eles eram os não rurais ou os não produtores, mesmo quando sua origem estivesse radicalmente vinculada ao universo da agricultura familiar e das suas transformações nos últimos trinta ou quarenta anos na região (Gonçalves, 2001).

Essa é uma questão importante na medida em que contribuiu para dificultar a lógica da unificação das categorias pequeno produtor e assalariado e de seus interesses que rege ou deveria reger as estratégias sindicais. A observação feita por sindicalistas, pelos representantes da Cenibra e pela CPT, sintetizada no argumento apresentado a seguir pela então coordenadora da CPT no Vale do Aço indica uma dimensão importante do problema da constituição da identidade da categoria e de sua posterior articulação numa organização representativa, já que esses trabalhadores e suas lideranças não admitem que são rurais.

Assim, a produção de uma identidade do trabalhador a partir da sua vinculação com a empresa e com a lógica da segmentação da força de trabalho imposta por ela produziram um tipo de resposta organizativa dos Sindicatos basicamente reativa. Inicialmente, a resposta sindical era voltada para a organização dos trabalhadores a partir do estatuto organizacional dos assalariados imposto pelas empresas. Daí a centralidade da luta pelos direitos (melhores salários, fornecimento de equipamentos de proteção individual, instituição de planos de cargos e salários etc.) e pela adoção de práticas mais humanas de relacionamento dentro da unidade produtiva capitalista (melhorias nas condições sanitárias de

alimentação e de alojamento, fim de perseguições etc.).

A partir da adoção e da intensificação, por parte das firmas, das novas técnicas gerenciais originadas da reestruturação produtiva, elevou-se o desemprego, ampliando o controle das firmas sobre a força de trabalho. A ação sindical, mais uma vez, tornou-se uma reação, provocada pela saliência daquele primeiro tipo de resposta assinalado anteriormente: à maior fragmentação da força de trabalho nas plantações, manteve-se o discurso da luta pelos direitos, agora voltados para as empreiteiras e valorizando basicamente a questão da precarização (Gonçalves, 2001).

Assim, pode-se propor como uma outra pergunta básica: como é que ele desenha os interesses dos trabalhadores, sobretudo levando-se em consideração que no caso da região analisada a categoria passa por um rápido processo de transformação - ou de desaparecimento? Claro que tais movimentos não são fenômenos novos para os próprios trabalhadores, e também é certo que eles podem ser pensados como um novo elemento de aglutinação das lutas sindicais. Porém, a organização sindical reativa encontrará dificuldades para manter-se como representante dos assalariados e para propor estratégias que consigam ir além da mera resposta, já que à definição dos interesses da categoria assalariados das plantações correspondem estratégias empresariais voltadas para ampliar o controle sobre a força de trabalho e de restringir sua constituição enquanto grupo organizado e capaz de disputar não apenas direitos legais mas de criar novos direitos (Gonçalves, 2001).

Referências

- CPT. *A luta pela terra*. São Paulo: Paulus, 1997
- Gonçales, M. T. *Pau que nasce certo e entorta a vida dos outros*. Belo Horizonte: CPT-MG/PARC-JATAN/CEMEPAF, 1994
- . *Nós da madeira*: mudança social e trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 2001. Tese de Doutorado.
- Lovisol, H. R. **Terra, trabalho e capital**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.

- Medeiros, L. S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989
- . *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Campinas, 1995. Tese de Doutorado
- Monte-Mór, R. L. de M.; COSTA, H. (coord.) et alii. *Ocupação do território e estrutura urbana*. PAULA, J. A. de (coord.). *Biodiversidade, população e economia: uma região de mata atlântica*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997.
- Neves, Delma P. "A diferenciação sócio-econômica do campesinato". In: *Ciências Sociais Hoje, 1985*. São Paulo: Ed. Cortez, 1985
- . *Agricultura familiar: artimanhas da classificação*. *À Margem*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 26-34, novembro de 1993
- Novaes, R. R. Dissolver a neblina. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 8, p. 46-49, outubro-dezembro de 1989
- Offe, C. Duas Lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984
- Palmeira, M. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agro-indústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 41-55, agosto de 1979.
- . A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. PAIVA, V. (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985
- Romano, J. O. Identidade e política: representação e construção da identidade política do campesinato. HARDMAN, F. F. et al. *Relações de trabalho e relações de poder*. Fortaleza: UFCE, 1986
- . Política e religião: Igreja Católica e a representação do campesinato. *Revista Universidade Rural*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1/2, p. 87-99, 1995
- Sigaud, L. *O sindicato e a estratégia do capital*. Brasília: UnB, 1979.
- Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.